

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA: Um Breve Prólogo

Georges Leal Ramos

Graduando em Educação Física,
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

Carlos Alberto Lopes Filho

Mestre em Educação – UEMS;
Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

RESUMO

Pesquisa em formação de professores no Brasil é um vasto campo que ainda pouco é explorado, entender a formação desses profissionais assume importância ao passo que a cada dia, mais e mais exigências são colocadas diante dele, portanto, pesquisar aspectos ligados aos cursos que formam professores, aspectos relativos aos planos de carreira, ligados ao currículo, à formação continuada e às condições de trabalho na escola, são vitais para a luta por melhorias no exercício da profissão docente. A discussão proposta por este trabalho, que se configura como uma pesquisa bibliográfica centra-se em torno da formação do licenciado em educação física e sua concepção no saber fazer. Considerando o docente, que como ator principal do processo educativo não pode ter seu papel fracionado, é necessário compreender o princípio da intencionalidade do trabalho docente, bem como o princípio da articulação da teoria e prática. Cabe dizer que a educação para a cidadania moderna não é uma perspectiva nova, visto que desde o final do século XIX está presente na educação, todavia apresenta-se como uma proposta renovada, que possui aspectos singulares no contexto atual e, portanto, uma função específica na ordem social após a crise do capital do último quarto de século e principalmente no início dos anos 1990. Por estas razões, esse recorte temporal, buscando identificar os fundamentos e a função social dessa educação física voltada cidadania ativa a partir dos anos 1990.

PALAVRAS-CHAVES: educação física; formação de professores; contexto histórico.

INTRODUÇÃO

A pesquisa em formação de professores no Brasil caminha a passos lentos. Entender a formação deste profissional pode ajudar a melhorar os aspectos de seu trabalho, tanto do ponto de vista estrutural quanto do ponto de vista de produto. O campo da educação física no Brasil é bastante recente, e tem percorrido um caminho de lutas e debates, estudando as etapas e limites do conhecimento humano, ora filosóficos. Após um período que compreende meados do século XIX, até a década de 1920, período no qual a formação em Educação Física era voltada somente para militares – com a proposta de formar homens obedientes e aptos ao combate – ou de maneira precária para a escola, visando implantar e disseminar uma proposta pedagógica higienista, a educação física conquista algumas melhorias

no que se refere à formação de seus professores (BENITES; SOUZA NETO; HUNGER, 2008).

No final da década de 1920, e início da década de 1930, sob o governo de Getúlio Vargas, são implantadas as primeiras escolas de formação superior em educação física e mesmo que muito distante das outras licenciaturas – em termos de currículo – essa licenciatura começa a se desenvolver (QUELHAS; NOZAKI, 2006).

Benites, Souza Neto e Hunger (2008) apontam que com o decorrer dos anos e a influência da política e da economia, a educação física por força de aparato legislativo nacional, passa caminhar junto às outras licenciaturas – falando-se em currículo. Nas décadas de 1970 e 1980 esta área passa por um período de introdução aos desportos muito agudo. O esporte agora é o fenômeno que dita o ritmo nas aulas, fator que promove a ascensão da pedagogia do saber fazer. No fim dos anos 1980, a educação física sofre um duro golpe: a fragmentação de sua formação em licenciatura e bacharelado.

Albuquerque (2009) ressalta que a influência do mercado das academias, se aproveitando da desobrigação do governo em relação às políticas de saúde preventivas, pressiona e consegue esta fragmentação para, segundo alguns: legitimar a atuação do profissional de Educação Física em campos não escolares. Essa divisão causa novamente debates sobre essa formação fragmentada e vazia que vigora até hoje.

Esta pesquisa consta de uma pesquisa bibliográfica, cujo problema de pesquisa centra-se na formação dos professores e na sua concepção docente pautada no saber fazer. O objetivo principal deste texto é aproximar a Educação Física de seu contexto histórico, com a intenção de desvelar como as mudanças na legislação em função do momento histórico influenciaram a Educação Física como profissão docente.

2 UM BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

O início da educação física no Brasil, de acordo com Benites, Souza Neto e Hunger (2008), tem fundação no período colonial, uma vez que colonos, imigrantes e militares começaram a se organizar e estruturar para praticar atividades físicas em busca de lazer, desenvolvimento corporal ou disciplinar. A partir da prática dessas atividades começou-se a unirem-se os conhecimentos necessários para a formação

da profissão de professor de educação física, contudo, apenas a prática efetiva destes conhecimentos não foi suficiente para consolidar o campo. Seria necessário ainda os autores, iniciar uma produção acadêmica para promover, divulgar e propagar os efeitos benéficos da prática desses saberes, feito que se deverá, em princípio, à facilidade de médicos, militares, esportistas e intelectuais de várias áreas.

De acordo Albuquerque (2009), em 1857, surgem as primeiras preocupações com a formação de profissional que cuidasse das questões corporais, deveria haver nas escolas um professor destinado a estimular o desenvolvimento físico. As diretrizes da formação dos futuros docentes em educação física seriam eleitas pelos médicos higienistas, neste momento já se pensava em relacionar os conteúdos às faixas etárias e às questões de gênero.

Villela (2005) fornece dados sobre os primeiros processos de formação de professores que tratariam da questão da educação física. Conforme a autora, o regulamento de 1862, estabeleceu a cadeira de ginástica na escola normal da Província do Rio de Janeiro, onde se formava professores primários. Pode-se segundo essa autora comprovar o estabelecimento dessa cadeira a partir do “Compêndio de Pedagogia de Marciano Pontes de 1861, que enfocava a importância de educar o físico, a moral e o intelecto dos alunos” (ALBUQUERQUE, 2009, p.2248).

Albuquerque (2009) aponta que nos pareceres de Rui Barbosa sobre as reformas de ensino no Brasil (1883), o projeto em relação à educação física brasileira tratava de formar uma sessão de ginástica em cada escola normal, formando professores para as escolas primárias e inserir os programas de ginásticas fora dos horários de recreio, promovendo e igualando em categoria e autoridade, o professor de ginástica aos das outras disciplinas.

Moro (1998) revela que em 1905 houve uma tentativa de criar escolas de formação exclusivas para professores de educação física. O projeto era do Dr. Jorge de Moraes e previa a criação de duas instituições: uma para civis; e outra militares.

Quelhas e Nozaki (2006) narram que as primeiras tentativas de formação de professores de educação física, que não fossem normalistas, estavam ligadas às forças armadas, sendo que a seção de educação física da Força Pública de São Paulo, em 1914, formou os primeiros mestres de ginástica e de esgrima. A década

de 1920 foi de grande importância para a educação física nacional, neste período o método ginástico francês é adotado tanto pelas instituições militares quanto pelas escolas. Em 1922, como relata Moro (1998), o Ministério da Guerra por meio de uma portaria idealizava o curso provisório acessível tanto para civis, quanto para militares. Nesse período o Ministério visava à criação do Centro Militar de Educação Física. Contudo, segundo Benites, Souza Neto e Hunger (2008), apenas em 1929, o curso provisório de educação física, ministrado por militares é que habilitou a primeira turma de professores de educação física. Quelhas e Nozaki (2006) contam que por iniciativa de Fernando Azevedo, formam matriculados e concluíram este curso que durou cinco meses, 20 professores civis. Quelhas e Nozaki (2006, s.p.), contam que:

Até 1930 a relação dos diplomados em Educação Física incluía: (a) 20 professores de educação física (civis); (b) 34 oficiais instrutores; (c) 91 Monitores (Exército); e (d) 20 Monitores (Marinha). A maioria desses diplomados (111 em 165), encarregados de ministrar aulas de educação física não só no meio militar, como também nas escolas civis, eram sargentos e cabos das forças armadas.

Segundo Benites (2008), por força do Decreto N°23252/33, o Centro Militar de Educação Física passa a se chamar Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), localizada no Rio de Janeiro, e fazia nova exceção para civis. Benites (2008, p.346) declara que: “Dentro desse percurso a década de 30 vai assinalar, ainda, entre outras realizações, a criação da Escola de Educação Física de São Paulo, em 1934; a regulamentação da Escola de Educação Física da Força Pública do Estado de São Paulo (criada em 1909)”.

Em 1939, é criada Escola Nacional de Educação Física e Desporto (ENEFED) na Universidade do Brasil, sob a chancela do Decreto Lei, 1212, tinha como modelo de organização a Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), e segundo Quelhas e Nozaki (2006, n.p.):

[...] tinha entre seus principais objetivos a difusão do Método Francês como método nacional de educação física e a formação de técnicos especializados em educação física e desportos: um. Curso Superior de Educação Física; dois. Curso de Técnica Desportiva; três. Curso de Educação Física Infantil; quatro. Curso de Medicina aplicada à Educação Física e aos Desportos; cinco. Curso de Massagem.

Em 1945, com o fim do Estado Novo, ocorre a primeira revisão curricular na educação física, por força do Decreto-Lei 8270, reorganizando o curso de dois para três anos, mudando a carga horária e as disciplinas. Após a era Vargas, com a

ascensão de Juscelino Kubistchek ao poder, u a novidade se deu por exigência do Decreto 1921/53, que tornava obrigatória a conclusão do segundo ciclo (atual ensino médio) como pré-requisito para os candidatos a ingressar na área, deixando de ser um curso técnico somente em 1957.

É preciso aqui, citar a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 4024/61, conquistada 29 anos após o manifesto dos pioneiros da educação, que colocaria uma nova visão sobre a formação dos professores, em resumo, registraria a necessidade de se formar os professores.

Azevedo e Malina (2004) relatam que após as reviravoltas políticas e o acordo do MEC com a Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional (*UNITED STATES AGENCY FOR INTERNACIONAL DEVELOPMENT* – USAID), que firmaria um tratado que tinha entre outros objetivos a reforma universitária de 1968, normatizando o funcionamento do ensino superior, implantou-se uma nova grade curricular para os cursos de educação física, com a Resolução CFE 69/69 reestruturando o curso de licenciatura e de técnico desportivo, exigindo-se carga horária mínima de 1800 horas, mantendo a forte concepção social do processo saúde e doença e a preocupação com o saber fazer.

Nas décadas de 1970-1980, conforme Benites, Souza Neto e Hunger (2008), registra-se um notável crescimento na área da educação física em decorrência do aumento das academias de ginástica e da implantação das escolinhas de esporte. Registra-se, para Azevedo e Malina (2004) também na década de 1970, o desenvolvimento da pós-graduação no país e a disseminação dos cursos de graduação. Apenas na década de 1980 é que se iniciam as preocupações com a educação física escolar, período em que o país passa pela transição do governo militar para a democracia.

Em 1987, de acordo com Quelhas e Nozaki (2006), a educação física atinge maior alcance com o parecer CFE 215, a educação física passa para dois cursos distintos: o de licenciatura, formando profissionais para a educação física escolar; e o de bacharelado, formando profissionais para clubes, academia e afins. Agora, o curso passa a ter uma carga horária de 2880 em mudança das 1800 anteriores, trazendo dois modelos de formação: o tradicional-desportivo, estruturado na prática dos desportos; e o técnico-científico, estruturado na fundamentação de um corpo científico. Ainda em 1987, como relata Benites, Souza Neto e Hunger (2008), sob a

chancela da Resolução 03/87, a educação física teve como já mencionado, seu conteúdo reorganizado por áreas de conhecimento (i) do ser humano; (ii) filosófico; (iii) da sociedade e (iv) técnico. Esse fato proporciona grande flexibilidade aos cursos de licenciatura e bacharelado, embora houvesse a ampliação do conceito de licenciatura, em face de não contemplar apenas a formação de um profissional que atuasse somente na escola, constitui-se um corpo de conhecimentos que legitimava a atividade de professor de educação física em seu processo de profissionalização. Neste ponto, houve um novo debate em termos de área de atuação e intervenção, promovendo um redimensionamento do mercado, que não diferenciava os profissionais.

Quelhas e Nozaki (2006) mostram que no fim da década de 1980, e início da década de 1990, o Brasil passava por intensos debates, o confronto do velho com o novo. Do ponto de vista político o país passava por mudanças, como a privatização dos bens públicos. Na esfera da educação, as mudanças foram muito significativas. Quelhas e Nozaki (2006) destacam que houve grandes reformas nos vários níveis de ensino (fundamental, médio, profissionalizante e superior) asseguradas por mudanças na superestrutura estadual, tais como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96, especificamente para o ensino superior, como resultado do Decreto 2207/97 proporcionou um modelo diversificado para a formação de universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades e institutos de educação. Neste contexto, em 1998, a discussão que acerca da educação física foi ampliada com a publicação da Lei 9696 que tratava da regulamentação da profissão: no dia 1º de setembro de 1998 foi criado o sistema CREF/CONFED (Conselho Regional de Educação Física/Conselho Federal de Educação Física), aumentando naquele momento uma luta ideológica entre os professores de educação física (graduados) e os leigos (práticos).

No campo da formação de professores, no fim do governo Fernando Henrique Cardoso (2001-2002), houve nova organização do ensino com a inclusão de um rol de competências para a formação docente. A orientação agora seria a articulação da prática com a teoria, e tal articulação proporcionou, novamente, debates produtivos, uma vez que os principais pontos consideravam a organização de um conjunto de conhecimentos, habilidades e saberes que auxiliassem na aquisição da identidade do professor.

3 A FORMAÇÃO ATUAL DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Quanto à formação do docente de educação física, na visão de Benites, Souza Neto e Hunger (2008), constituiu-se a formação de dois profissionais distintos, o licenciado e o bacharel. A busca da forma como ela é conduzida e afirmação da educação física no campo da universidade originou questionamentos diretos e objetivos, tanto no Brasil quanto em outros países. Esses questionamentos deram origem a vários princípios, especialmente os apoiados em denominações novas e variadas como cinesiologia, ciência da motricidade humana, ciência da atividade humana, ciência do esporte, entre outras.

Conforme a discussão proposta enfatiza-se o que ocorrerá em torno da formação do discente licenciado, responsável pela educação física como componente curricular e sua formação apoiada no saber fazer. De modo tal que o docente, como ator principal do processo educativo, não tenha seu papel enfraquecido. Mantendo o foco, então, a necessidade de compreensão do princípio da intencionalidade do trabalho docente, bem como o princípio da articulação da teoria e prática.

De acordo com Caldeira (2001) e Lopes Filho e Santana (2015) é Marx quem revela o caráter intencional da ação humana, a capacidade humana de agir em função de resultados. Para Lopes Filho e Santana (2015), o ser humano pode agir inconscientemente, realizando atividades sem saber claramente seus objetivos, ou agir de modo consciente por meios de ações intencionais, pressuposto *sine qua nom* para orientar a formação de docentes.

Nóvoa (1992 apud Benites; Souza Neto; Hunger, 2008) salienta que a profissão docente é fortemente carregada de uma intencionalidade política. Contudo, os cursos de formação, de um modo generalizado, privilegiam os meios de ensino, o saber fazer deixando a discussão do para que ensinar em segundo plano. As finalidades político-sociais de educação e do ensino não têm tido a devida relevância, de maneira tal que o papel do professor é reduzido a um mero técnico que executa decisões tomadas por especialistas. Neste sentido, há que se considerar que o ensino é um processo intencional, que implica em determinados resultados, caminhando pelo território instável dos valores e das opções políticas. É de suma importância a reflexão dos docentes acerca da intencionalidade de sua

ação, uma vez que agir intencionalmente denota uma ação política, engajada na construção de um projeto preciso de homem e sociedade, excluindo a ação humana neutra.

Conforme Caldeira (2001), a formação inicial do professor deve ser contínua e reafirmar o agir intencionalmente, possibilitando aos docentes a consciência da intencionalidade do trabalho, e a responsabilidade na orientação dos rumos deste trabalho. É crucial que o docente reflita sobre questões tais como: para que ensinar? Qual a função da escola? O que é ensinar? O que é aprender? Que alunos formar? E, especificamente neste caso: qual o papel da educação física na educação básica? Na formação inicial do docente, para Caldeira (2001), a articulação teoria-prática do docente se dá de forma separada, há neste ponto um desligamento desses conceitos.

De maneira geral, a academia exalta a teoria (conhecimento científico), em perda da prática (os saberes da experiência). Os cursos de formação inicial costumam estar distanciados da problemática real que o docente enfrentará cotidianamente, portanto, um dos desafios da formação inicial é fazer com que nos cursos de licenciatura haja uma reflexão da realidade escolar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que se refere ao campo de formação do professor de educação física, pode-se concluir que esta é uma questão ainda a ser mais bem explorada. Quanto aos aspectos históricos, é possível notar que o contexto político e econômico pelo qual o país passa influencia diretamente na licenciatura. Ao passo que o modo de produzir e consumir toma determinada forma, a educação física segue as tendências ditadas.

Quanto aos aspectos pedagógicos, houve mudanças significativas pelo contexto histórico-social. Portanto, é relativo afirmar que mesmo em face da separação da formação de expressão de momento da vitória de setores corporativistas e conservadores da área, houve avanços nesta formação. Este quadro designa para os professores de educação física, a tarefa de organização da revisão das atuais diretrizes curriculares, bem como a luta contra a fragmentação do currículo.

As circunstâncias impostas pela ditadura militar foram possíveis observar o domínio de outra teoria pedagógica na educação brasileira. Trata-se da “pedagogia tecnicista”, que marcou também a educação física, a partir da década de 1970. Aprendemos assim, que o papel da escola varia de acordo com a tendência pedagógica a ser seguida. Podemos concluir a partir dos estudos desenvolvidos que na tendência tecnicista o papel da escola é ser agência centrada na autogestão grupal e individual, difusão de conteúdos concretos vivos, produzir indivíduos competentes para o mercado de trabalho, criação de grupos de pessoas com princípios educativos emancipatórios, formação de atitudes, preocupando-se com o aspecto psicológico do aluno.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, L. R.; LUIS, P. R. A constituição histórica da educação física no Brasil e os processos da formação profissional. In: IX Congresso Nacional de Educação-EDUCERE e III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, Curitiba. 2009.

AZEVEDO, A. C. B.; MALINA, A. Memória do currículo de formação profissional em educação física no Brasil. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 25, n. 2, 2004.

BENITES, L. C.; SOUZA NETO, S.; HUNGER, D. O processo de constituição histórica das diretrizes curriculares na formação de professores de Educação Física. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 343-360, 2008.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 4024, de 20 de dezembro 1961.

_____. Congresso Nacional. Lei n. 9394, de 17 de dezembro de 1996.

_____. Congresso Nacional. Lei n. 9696, de 1º de setembro de 1998.

_____. Conselho Federal de Educação. Decreto Lei n. 1212, de 7 de abril de 1939.

_____. Conselho Federal de Educação. Decreto Lei n. 8270, de 3 de dezembro de 1945.

_____. Conselho Federal de Educação. Decreto n. 2207, de 15 de abril de 1997.

_____. Conselho Federal de Educação. Decreto n. 23252, de 19 de outubro de 1933.

_____. Conselho Federal de Educação. Lei n. 1921, de 12 de maio de 1953.

_____. Conselho Federal de Educação. Parecer n. 215, de 11 de março de 1987.

_____. Conselho Federal de Educação. Resolução n. 69, de 2 de dezembro de 1969.

_____. Conselho Federal de Educação. Resolução n.3, de 16 de junho de 1987.

_____. Documenta n. 315, Brasília, 1987.

CALDEIRA, A. M. S. A formação de professores de Educação Física: quais saberes e quais habilidades. Revista brasileira de ciências do esporte, v. 22, n. 3, 2009.

GIL, A. C. Como classificar as pesquisas. Como elaborar projetos de pesquisa, v. 4, p. 44-45, 2002.

LOPES FILHO, C. A.; SANTANA, M. S. R. A formação pedagógica do professor de Educação Física: uma visão da Teoria Histórico Cultural. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2016.

MORO, V. L. A organização curricular dos cursos de graduação em educação física no Paraná, após a resolução n.º 03/87 do Conselho Federal de Educação. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998. Oficial n. 172, Brasília, 1987.

QUELHAS, A. A.; NOZAKI, H. T. Políticas neoliberais e as modificações na formação do professor de Educação Física: em defesa da politécnica. Seminário da REDESTRADO: regulação educacional e trabalho docente, v. 6, 2006.

VILLELA, H. O. S. Entre o “saber fazer” e a profissionalização a escola normal do século XIX a constituição da cultura profissional docente. In: MIGUEL, M. E, B., CORRÊA, R. L. T. (orgs). A educação escolar em perspectiva histórica. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.